



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$40

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recobram 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As três séries	Ano 360\$
A 1.ª série	140\$
A 2.ª série	120\$
A 3.ª série	120\$
Para o estrangeiro e colónias	acresce o porte do correio
Semestre	200\$
:	80\$
:	70\$

C preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 450 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se refere o § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37:701, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento.

Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que, por ordem superior, não serão aceites originais destinados ao «*Diário do Governo*» que não tragam apostila a ordem para a publicação devidamente assinada, devendo ser autenticada a assinatura pelo respectivo sello branco.

SUMARIO

Ministério da Justiça:

Portaria n.º 13:138 — Aumenta o quadro do pessoal do tribunal da comarca de Moimenta da Beira com um chefe de secção de processos.

Portaria n.º 13:134 — Aumenta o quadro do pessoal do tribunal da comarca de Monção com um escrivário de 2.ª classe.

Ministério das Colónias:

Portaria n.º 13:135 — Abre créditos nas colónias de Cabo Verde e Angola para reforço de verbas inscritas nas tabelas de despesa dos orçamentos gerais de 1949 e na colónia de Moçambique para instalação da escola para autoridades gentílicas.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Justiça

Portaria n.º 13:133

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que, nos termos do artigo 38.º do Estatuto Judiciário, seja aumentado o quadro do pessoal do tribunal da comarca de Moimenta da Beira com um chefe de secção de processos.

Ministério da Justiça, 24 de Abril de 1950.—O Ministro da Justiça, *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira*.

Portaria n.º 13:134

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que, nos termos do artigo 38.º do Estatuto Judiciário, seja aumentado o quadro do pessoal do tribunal da comarca de Monção com um escrivário de 2.ª classe.

Ministério da Justiça, 24 de Abril de 1950.—O Ministro da Justiça, *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira*.

MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS

Direcção-Geral de Fazenda das Colónias

1.ª Repartição

2.ª Secção

Portaria n.º 13:135

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, abrir os seguintes créditos :

1) Na colónia de Cabo Verde

Nos termos do § 4.º do artigo 3.º e artigo 7.º do Decreto n.º 35:770, de 29 de Julho de 1946, com contrapartida no excesso de cobrança sobre as respectivas previsões orçamentais :

a) Um de 2.379\$85, destinado a reforçar a verba do capítulo 6.º, artigo 149.º, n.º 2), alínea a) «*Serviços de justiça — Despesas com o pessoal — Remunerações acidentais — Para pagamento de emolumentos cobrados pelos conservadores do registo predial e comercial — Comarca de Barlavento*», da tabela de despesa do orçamento geral de 1949.

b) Um de 2.320\$, destinado a reforçar a verba do capítulo 4.º, artigo 61.º, n.º 1) «*Ensino liceal — Liceu Gil Eanes — Diversos encargos — Encargos administrativos — Para pagamento de emolumentos ao secretário e amanuense*», da tabela de despesa do orçamento geral de 1949.

c) Um de 24.862\$54, destinado a reforçar a verba do capítulo 4.º, artigo 78.º, n.º 2), alínea a) «*Imprensa Nacional — Despesas com o pessoal — Remunerações acidentais — Participação em receitas — Comparticipação em receitas por serviços extraordinários*», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral de 1949.

2) Na colónia de Angola

Nos termos do § 4.º do artigo 3.º e artigo 7.º do Decreto n.º 35:770, de 29 de Julho de 1946, com contrapartida no excesso de cobrança sobre as respectivas previsões orçamentais :

a) Um de 5:460.371,39 angolares, destinado a reforçar as seguintes verbas da tabela de despesa ordinária do orçamento geral de 1949 :

CAPÍTULO 4.º

Artigo 45.º, n.º 2) «*Tribunal administrativo — Despesas com o pessoal — Remunerações acidentais — Outros encargos administrativos — Emolumentos e salários cobrados em processos*»
 Artigo 71.º, n.º 2), alínea a) «*Repartição Central dos Negócios Indígenas — Despesas com*

57.195,99

o pessoal — Remunerações accidentais — Outros encargos administrativos — Para pagamento dos emolumentos cobrados pelo contrato de trabalhadores indígenas celebrado com intervenção da autoridade, destinados a custear as despesas de aquisição de impressos de contratos e outro expediente dos serviços de curadoria»	19.034,35	o pessoal — Remunerações accidentais — Outros encargos administrativos — Emolumentos — Das conservatórias do registo comercial	11.811,50
CAPÍTULO 7.º			
Artigo 258.º «Serviços de saúde e higiene — Despesas com o pessoal — Remunerações accidentais» :		Artigo 782.º, n.º 2), alínea b) «Serviços de fomento — Direcção dos Serviços de Economia — Despesas com o pessoal — Remunerações accidentais — Despesas de fiscalização — Participação em multas»	8.100,00
N.º 3) «Despesas de fiscalização — Participação em multas — Multas por transgressões referidas no Regulamento Geral de Sanidade Urbana e Polícia Sanitária e Mortuária» :			
a) «Para material sanitário e obras de saneamento»	15.807,80		
b) «Para os autuantes»	10.072,10		
Multas pela transgressão ao Regulamento da Indústria de Panificação :			
c) «Para os autuantes»	1.070,00		
N.º 4), alínea a) «Outros encargos administrativos — Honorários ao pessoal por serviços prestados a particulares»	140.655,40		
Artigo 336.º, n.º 1) «Corpo de Polícia de Segurança Pública — Despesas com o pessoal — Remunerações accidentais — Horas extraordinárias e serviços especiais — Para pagamento das remunerações do pessoal do Corpo de Polícia de Segurança Pública pelo policiamento de divertimentos públicos»	15.295,00		
CAPÍTULO 5.º			
Artigo 369.º «Serviços de Fazenda e contabilidade — Despesas com o pessoal — Remunerações accidentais» :			
N.º 2) «Despesas de fiscalização — Participação em multas» :			
a) «Multas por transgressões do Regulamento da Contribuição Industrial»	304.839,00		
b) «Multas por transgressões do regulamento e da tabela geral do imposto do selo»	5.070,60		
N.º 4) «Outros encargos administrativos — Custas» :			
a) «Nos processos de execuções fiscais»	148.799,51		
b) «Nos processos de avaliação e liquidação do imposto sobre sucessões e doações e sisa»	48.018,50		
Artigo 505.º, n.º 3), alínea a) «Serviços aduaneiros — Despesas com o pessoal — Remunerações accidentais — Despesas de fiscalização — Participação em multas — Multas por transgressões aos regulamentos aduaneiros (funcionários aduaneiros, Guarda Fiscal, denunciantes, etc.)»	56.771,12		
CAPÍTULO 6.º			
Artigo 686.º n.º 2), alínea b) «Serviços de justiça — Comarcas e julgados — Despesas com			

o pessoal — Remunerações accidentais — Outros encargos administrativos — Emolumentos — Das conservatórias do registo comercial	11.811,50
CAPÍTULO 7.º	
Artigo 782.º, n.º 2), alínea b) «Serviços de fomento — Direcção dos Serviços de Economia — Despesas com o pessoal — Remunerações accidentais — Despesas de fiscalização — Participação em multas»	8.100,00
CAPÍTULO 9.º	
Artigo 990.º, n.º 2) «Serviços de marinha — Departamento marítimo — Despesas com o pessoal — Remunerações accidentais — Participações em rendas, cobranças e heranças — Emolumentos pessoais»	487.943,00
CAPÍTULO 10.º	
Encargos gerais	
Artigo 1065.º «Diversas despesas» :	
N.º 31) «Instituto de Assistência Social»	746.053,54
N.º 40) «Fundo de assistência aos indígenas»	520.845,17
N.º 41) «Fundo de caça»	18.883,00
N.º 42) «Fundo auxiliar do ensino primário»	22.699,00
N.º 48-A) «Dotação para pagamento de receitas arrecadadas e consignadas que foram consideradas devidas, nos termos do novo artigo 87.º do orçamento da receita para 1949 (artigo 12.º do Diploma Legislativo n.º 2:145, de 20 de Abril de 1949)»	351.584,84
N.º 50) «Adicional sobre o valor de todas as multas para os orçamentos provinciais»	88.650,97
N.º 52) «Adicional sobre o imposto indígena para os orçamentos provinciais»	2.354.731,00
N.º 53) «Sindicatos Nacionais — Participação nas multas por transgressão dos horários de trabalho e descanso semanal»	26.440,00
	5.460.371,39

3) Na colónia de Moçambique

Nos termos do artigo 13.º do Decreto n.º 35:770, de 29 de Julho de 1946:

Um de 2.000.000\$, destinado à instalação da escola para autoridades gentílicas, saindo a respectiva contrapartida da verba do capítulo 10.º, artigo 1256.º, n.º 29) «Encargos gerais — Diversas despesas — Para pagamento das despesas com o funcionamento da escola de autoridades gentílicas», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral em vigor.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» das colónias de Cabo Verde, Angola e Moçambique.

Ministério das Colónias, 24 de Abril de 1950.—O Ministro das Colónias, Teófilo Duarte.